Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Alterações significativas	10
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	37

5.1 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros.

Cambiais e a Taxas de Juros (descrição quantitativa e qualitativa)

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a riscos de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros).

A influência do Governo Federal, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as nossas atividades e o valor de mercado das nossas ações.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, que modifica a política monetária. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como o valor de mercado das nossas ações, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em níveis federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, diminuindo o consumo e afetando adversamente os nossos negócios, o que pode causar um efeito material adverso em nossos resultados e no valor de nossas ações.

Risco de Taxa de Juros

Decorre da possibilidade de nós e nossas controladas sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. Visando áà mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas, porém não podemos assegurar que não ocorrerão oscilações nas taxas prefixadas ou pós-fixadas, portanto, alterações nas políticas do Governo Federal que ocasionem tais oscilações poderão impactar adversamente nossas operações e resultados, tendo em vista que não possuímos instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação das taxas de juros.

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme descritos abaixo (em moeda local)

Empréstimos e Financiamentos - Composição

	Taxa média			adora	Consolidado	
	anual de encargos %	Ano de vencimento	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Em moeda estrangeira: Dólar norte-americano Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)	5,00	Abril/2015	5.356	5,450	5.356	5.450
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)	3,70	Abril/2015	1.489	-	1.489	-
Em moeda local: Arrendamento Mercantil	18,12	Agosto/2015 a Dezembro/2016	414	639	414	639
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,80	Julho/2015 a Setembro/2021	18.852	12.991	24.844	19.959
Capital de giro	17,13	Março/2015 a Novembro/2017	110.999	130.116	110.999	130.116
Total			137.110	149.196	143.102	156.164
Circulante Não circulante			81.112 55.998	114.656 34.540	82.539 60.563	115.645 40.519

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro líquido do período em 31 de dezembro 2014 diminuiria em R\$ 2.769 (aumentaria em R\$ 2.488 em dezembro 2013). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pósfixadas.

Risco de Taxas de Câmbio

Alterações nas taxas de câmbio afetam a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido por nós. Não possuímos instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação de taxas de câmbio.

A desvalorização acentuada do Real em relação ao Dólar poderá gerar efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos nossos negócios.

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, como consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos. Qualquer destes fatores poderia afetar nossos negócios negativamente.

A Companhia está exposta ao Euro e Dólar. Em 31 de dezembro de 2014, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

Ativo

Sociedades	31.12.14	31.12.13	atualização	Garantia
Valores a receber: Em moeda estrangeira: Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	394.098	347.569	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	836.419	737.669	10,25% a.a.	-

Passivo

	Contro	ladora	Consoli	dado
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Eurobonds	447.010	446.941		
Total	447.010	446.941	_	-
Valores a pagar de terceiros Total	20.883 20.883	29.940 29.940	20.883 20.883	29.940 29.940
Fornecedores ACC FINIMP	1.438 5.356 1.489	655 5.450 -	1.438 5.356 1.489	655 5.450 -
Total	8.283 6.105		8.283	6.105

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço.

A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2014 seria uma despesa financeira de R\$ 47.618 na controladora, quando e caso ocorresse á desvalorização da moeda (R\$ 2.917 no consolidado).

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos indicando:

a) Riscos para os quais se busca proteção.

Risco de credito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. Abaixo evidenciamos a composição dos títulos a receber da companhia por data de vencimento, evidenciando o risco de crédito de sua carteira de clientes:

	Control	ladora	Conso	lidado
Período	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
	_			
A vencer	130.582	198.188	134.999	201.550
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	32.251	24.551	32.943	25.367
De 31 a 60 dias	8.677	5.036	8.903	5.451
De 61 a 90 dias	5.149	1.731	5.423	1.993
De 91 a 180 dias	5.461	2.329	7.842	2.469
Acima de 181 dias	16.955	10.383	21.581	10.939
	199.075	242.218	211.691	247.769
PECLD	(7.133)	(6.093)	(7.525)	(6.187)
	191.942	236.125	204.166	241.582

Risco de taxa de cambio

Este risco está atrelado a possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de cambio.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pôs-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado a possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez e do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de créditos bancarias e linhas de credito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento continuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consol	idado
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Dívida	137.110	149.196	143.102	156.164
Caixa e equivalentes de caixa	(12.958)	(25.980)	(52.672)	(26.668)
Aplicações financeiras não circulante	(6.455)	(5.088)	(6.455)	(5.088)
Dívida líquida	117.697	118.128	83.975	124.408

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no

encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Controladora						
	Taxa de juros	•	•		•		
	efetiva média	Menos de	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de	
	<u>ponderada</u>	<u>1 mês</u>	meses	<u>a 1 ano</u>	anos	5 anos	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2014	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,67	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,36	742	1.485	6.682	16.399	390	25.698
		6.759	13.519	60.834	55.608	390	137.110
31 de dezembro de 2013		-					
Passivos de arrendamento financeiro	16,91	28	57	255	299	-	639
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	15,71	8.878	17.756	79.902	28.876	-	135.412
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,43	648	1.297	5.834	4.966	400	13.145
		9.554	19.110	85.991	34.141	400	149.196

	Consolidado						
	Taxa de juros						
	efetiva média	Menos de	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de	
	ponderada %	<u>1 mês</u> R\$	<u>meses</u> R\$	<u>a 1 ano</u> R\$	<u>anos</u> R\$	<u>5 anos</u> R\$	<u>Total</u> R\$
31 de dezembro 2014							
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,66	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,74	861	1.723	7.752	20.964	390	31.690
		6.878	13.757	61.904	60.173	390	143.102
31 de dezembro 2013							
Passivos de arrendamento financeiro	16,91	28	57	255	299	-	639
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	15,71	8.878	17.756	79.902	28.876	-	135.412
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,25	731	1.461	6.576	10.482	863	20.113
		9.637	19.274	86.733	39.657	863	156.164

b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

A administração utiliza para gerenciamento de riscos estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (cambio, taxa de juros e etc.), a qual e aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (Hedge) e quais são esses objetivos.

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos, bem como no monitoramento de riscos adotado por nós e nossas controladas.

.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens anteriores deste tópico.

PÁGINA: 10 de 37

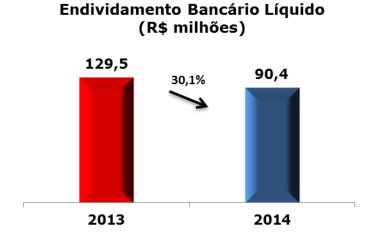
10.1 Em relação às demonstrações financeiras dos 03 últimos exercícios sociais; e ao período entre a data de fechamento do último exercício social e a data de entrega do formulário de referência, os diretores devem comentar.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2014 a Companhia obteve melhora nas condições financeiras e patrimoniais gerais.

O endividamento bancário diminuiu 30,1% influenciado principalmente por quitação de empréstimos adquiridos para capital de giro da companhia.



O capital circulante líquido passou de 34.554 negativo em 2013 para 18.800 negativo em 2014 no consolidado, essa melhora foi impulsionada principalmente pelo aumento nas aplicações financeiras e na quantidade produzida, que consequentemente aumentou nossos estoques, devido aumento no volume vendido.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Control	adora	Consoli	dado
	31.12.14 31.12.13		31.12.14	31.12.13
Caixa e bancos	11.142	13.675	11.914	14.363
Aplicações financeiras (a)	1.816	12.305	40.758	12.305
Total	12.958	25.980	52.672	26.668

(a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) remuneradas entre 94% e 107%.

A situação patrimonial em geral foi positiva gerada por implementação de novas políticas, lançamentos de novos produtos, negociação com fornecedores e emissão de debêntures.

Abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos da controladora e consolidada.

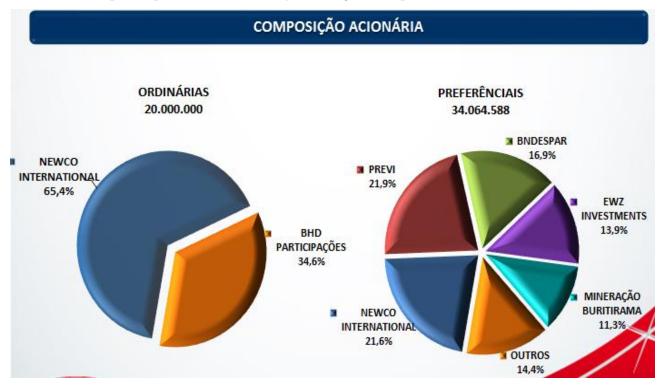
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição

	Taxa média		Contro	ladora	Consol	idado
	anual de encargos %	Ano de vencimento	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Em moeda estrangeira: Dólar norte-americano Adiantamento de Contrato de						
Câmbio (ACC/ACE)	5,00	Abril/2015	5.356	5.450	5.356	5.450
Financiamento de máquinas e						
equipamentos (FINIMP)	3,70	Abril/2015	1.489	-	1.489	-
Em moeda local:						
Arrendamento Mercantil		Agosto/2015 a				
	18,12	Dezembro/2016	414	639	414	639
Financiamento de máquinas e		Julho/2015 a				
equipamentos (FINAME)	4,80	Setembro/2021	18.852	12.991	24.844	19.959
		Março/2015 a				
Capital de giro	17,13	Novembro/2017	110.999	130.116	110.999	130.116
Total			137.110	149.196	143.102	156.164
Circulante			81.112	114.656	82.539	115.645
Não circulante			55.998	34.540	60.563	40.519

PÁGINA: 12 de 37

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:



O capital social autorizado está dividido em 60.000.00 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior.

R\$ MIL	2012	%	2013	%	2014	%
Capital de Terceiros (1)	735.609	102,18%	834.469	117,43%	815.251	107,98%
Capital Próprio (2)	(15.692)	-2,18%	(123.868)	-17,43%	(60.268)	-7,98%
Total	719.917	100%	710.601	100%	754.983	100%

(1) Capital de Terceiros corresponde á soma do Passivo Circulante e Passivo não Circulante ao final de cada exercício social.

(2) Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.

i) Hipóteses de resgate

De acordo com o estatuto da Companhia, o Conselho de Administração poderá emitir novas ações preferenciais, inclusive com cláusula de resgate, conforme a seguir.

Artigo 7: As ações preferenciais não tem direito a voto, gozando, contudo, das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia: (b) prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório: e (c) garantia de um dividendo de 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago por acionistas titulares de ações ordinárias.

Parágrafo Único: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir, até o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas, novas ações preferenciais em classes diferenciadas, inclusive com cláusula de resgate ou amortização, vedada a conversão em ações ordináras. O Conselho de Administração poderá, dentro do limite do capital autorizado, propor a emissão de ações preferenciais de qualquer classe e tipo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Artigo 11: A s condições de resgate ou de amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais deverão ser submetidas à aprovação da maioria dos acionistas, resumidos em Assembleias Geral Extraordinária, e deverão ser ratificadas em Assembleia Especial dos acionistas das espécies e classes atingidas no prazo de 1 (um) ano.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Companhia vem mantendo uma evolução consistente com os resultados operacionais, o que possibilita cumprir com todas as suas obrigações junto aos seus fornecedores e honrar todos os seus compromissos de curto prazo.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes, a nossa geração de caixa operacional e os recursos gerados por nossas captações serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo,

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

PÁGINA: 14 de 37

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia e desenvolveu ao longo destes exercícios um melhor relacionamento com Bancos de primeira linha, Instituições de fomento mercantil e Bancos de Desenvolvimento como alternativas de financiamento, captações estas que tem como foco a expansão e modernização de seu parque industrial e parque tecnológico.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez, não é aplicável. A Diretoria entende que a geração de caixa operacional é suficiente para cobrir as obrigações de capital e passivo circulante, havendo necessidade com as obrigações de curto prazo, contamos com linhas de crédito nas principais instituições financeiras.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau e subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas a Companhia.

O endividamento bancário da Companhia está distribuído abaixo:

	Taxa média					ladora	Consoli	Consolidado	
	anual de encargos %	Ano de vencimento	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13			
Em moeda estrangeira: Dólar norte-americano Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)	5,00	Abril/2015	5.356	5.450	5.356	5.450			
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)	3,70	Abril/2015	1.489	-	1.489	-			
Em moeda local: Arrendamento Mercantil	18,12	Agosto/2015 a Dezembro/2016	414	639	414	639			
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,80	Julho/2015 a Setembro/2021	18.852	12.991	24.844	19.959			
Capital de giro	17,13	Março/2015 a Novembro/2017	110.999	130.116	110.999	130.116			
Total			137.110	149.196	143.102	156.164			
Circulante Não circulante			81.112 55.998	114.656 34.540	82.539 60.563	115.645 40.519			

PÁGINA: 15 de 37

O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou 2014 em R\$90 milhões versus R\$ 129 milhões em 2013. Adicionalmente, a porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo reduziu de 74% para 58%. Esse movimento está embasado na estratégia da Companhia visando a redução das despesas financeiras e consequentemente trazer um resultado final cada vez mais positivo.

O endividamento bancário líquido pode ser assim demonstrado:

	Dez/2013	Part. (%)	Dez/2014	Part. (%)	Var. (%)
Endividamento bancário líquido	129.496	100,0%	90.430	100,0%	-30,2%
Curto Prazo	115.645	89,3%	82.539	91,3%	-28,6%
Longo Prazo	40.519	31,3%	60.563	67,0%	49,5%
Caixa e equivalente de caixa	-26.668	-20,6%	-52.672	-58,2%	97,5%

Em 31 de dezembro de 2014 nossos empréstimos e financiamentos bancários totalizaram R\$ 143,0 milhões dos quais R\$ 60,5 milhões estão distribuídos a seguir.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controla	dora	Consolidado		
Ano de					
vencimento	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13	
2016	7.924	28.378	7.924	29.792	
2017	32.771	3.470	32.771	4.885	
2018	-	2.692	1.987	5.842	
após 2018	15.303	-	17.881	-	
Total	55.998	34.540	60.563	40.519	

Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

(i) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, á alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

PÁGINA: 16 de 37

A restrição quanto ao controle societário ocorrerá quando houver mudança ou transferência a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade as quotas sociais da emitente, bem como houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites para contratação dos financiamentos passam por aprovação do corpo diretivo antecedente a formalização junto às Instituições financeiras, atualmente a Companhia utiliza 85% do seu limite total de crédito bancário.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Abaixo as alterações mais significativas:

- Caixa e equivalentes de caixas aumento de 98% em decorrência do aumento do saldo aplicado em CDI, oriundo de parte dos recursos obtidos com a emissão das debêntures conversíveis em ações.
- Estoques aumento de 124% no saldo de estoques em decorrência do aumento no volume de negociação, fazendo com que a Companhia optasse por manter grande quantidade em estoque de forma a não ocorrer atrasos nas entregas ou rupturas nos contratos.
- Despesas antecipadas aumento de 63% devido a investimento em publicidade e propaganda a serem vinculadas durante o ano de 2015.
- Depósitos Judiciais redução de 59% em consequência da perda de causa para a empresa Trendbank, que conforme decisão judicial resgatou o saldo existente em depósito judicial existente a anos e pendente de decisão.
- Outras contas a receber redução de 84% no curto prazo em decorrência de valor recebido da empresa Succespar para pagamento da última parcela do contrato de compra da empresa Ecoville.
- Fornecedores aumento de 19% referente a compra de insumos para manter o aumento da produção e maior prazo para pagamento.
- Empréstimos e financiamentos redução de 8% no saldo por conta dos pagamentos de empréstimos obtidos para capital de giro.
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis redução de 35% em decorrência de uma nova avaliação efetuada por parte dos escritórios jurídicos que verificaram as causas prováveis, possíveis e remotas.

• Reservas de capital - aumento de 235% em decorrência da emissão das debêntures conversíveis em ações no valor de R\$ 67.335.

PÁGINA: 18 de 37

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os Diretores devem comentar os resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais. Descrever as principais tendências futuras identificadas em cada item das demonstrações financeiras.

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

O resultado líquido da Companhia foi de R\$ 57,5 milhões (prejuízo) no exercício findo de 2014, apresentando uma considerável melhora de R\$ 96,5 milhões em relação ao exercício anterior cujo resultado apresentado foi de R\$ 154,0 milhões (prejuízo). Os fatores que contribuíram para melhoria do resultado foram à redução das despesas financeiras e das outras despesas / receitas operacionais. A Companhia chega ao fim de 2014 já sinalizando resultados satisfatórios e continua atuando fortemente na redução dos custos, despesas fixas e operacionais.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A companhia atingiu um aumento expressivo nos volumes de vendas, porem não conseguiu repassar ao mercado todo o efeito do impacto da inflação, taxas de cambio bem como o lançamento de novos produtos ainda não pode ser percebido, pois os mesmos encontram-se em fase de introdução nos clientes.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e data taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 125,3 milhões (negativo) ao término de 2014, apresentando uma considerável melhora quando comparado a R\$ 187,8 milhões (negativo) do exercício anterior. O resultado continua a ser impactado principalmente pela variação cambial, porém é importante ressaltar que tal fato não afeta o patrimônio líquido da companhia, por tratar-se de relação *intercompany*. A alta da taxa Selic também contribuiu onerando juros sobre as operações financeiras e a correção dos parcelamentos de tributos.

PÁGINA: 19 de 37

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

a) introdução ou alienação de segmento operacional;

Não houve introdução ou alienação no segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2014 a companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participações societárias.

c) eventos ou operações não usuais;

Em 2014 a companhia emitiu debêntures conversíveis em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), realizada em 10 de junho de 2014 foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 70.000.000,00

Em Fato Relevante publicado em 16 de setembro de 2014 a administração da Companhia divulgou aos seus acionistas, investidores e mercado em geral, que no âmbito da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, foram subscritas 66.002.424,00 (sessenta e seis milhões, dois mil quatrocentos e vinte e quatro) Debêntures, totalizando, na presente data, o valor de R\$ 66.002 com vencimento em 10 de junho de 2019. As Debêntures que não foram subscritas no âmbito da Emissão foram canceladas pela Companhia.

10.4 - Política de Práticas Contábeis.

a) mudanças significativas nas práticas contábeis;

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014 A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após
- 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 36 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 39 "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A

Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

• IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

b) efeitos significativos nas práticas contábeis;

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas

(comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 31 de dezembro de 2014, a controlada possui ativos totais de R\$ 451.321 mil, patrimônio líquido de R\$ 450.192 mil e prejuízo no exercício de R\$53.859 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

Ênfases

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$60.268 mil, prejuízo de R\$57.504 mil e capital circulante negativo de R\$69.929 mil (R\$18.800 mil no consolidado). Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e consequente reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa n°1.

Conforme comentando na nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$4.288.893 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingenciais.

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são parte integrante do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Societá Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.522.407 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$65.928 mil.

Conforme comentando nota explicativa nº 24.5, em 16 de setembro de 2014 ocorreu a primeira emissão de debêntures conversíveis em ações da Bombril S.A., em série única, da espécie com garantia real, as quais foram

objeto de colocação privada, cujo montante em 31 de dezembro de 2014 é de R\$67.335 mil.

Comentário: Apesar da ressalva mencionada acima e nas ênfases, as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente em todos os aspectos relevantes. A Companhia agiu com transparência e buscou fornecer o máximo de confiabilidade em todas as informações fornecidas.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: previsões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis adotadas são:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

<u>Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente</u>

Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida.

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse": (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a

pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificálos e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na

data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos

pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as Práticas Contábeis, Governança e Compliance.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente;

A Administração da Bombril avaliou a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de processos desenvolvidos para fornecer conforto em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis.

Os pareceres de nossos auditores independentes com relação às nossas demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 2012, 2013 e 2014 não apontam quaisquer deficiências ou recomendações relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para elaboração das nossas demonstrações contábeis.

PÁGINA: 34 de 37

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7 Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:
- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;

Nos últimos exercícios referentes a 2012, 2013 e 2014, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetivos dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;

Nos últimos exercícios referentes a 2012, 2013 e 2014, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios;

Nos últimos exercícios referentes a 2012, 2013 e 2014, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

PÁGINA: 35 de 37

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

A Companhia, não possui ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constem de suas demonstrações financeiras e das respectivas notas explicativas

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Não existe contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

PÁGINA: 36 de 37

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- 10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:
- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(b) natureza a propósito da operação;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

PÁGINA: 37 de 37